

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUINTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2022 EDIÇÃO Nº 31 | ANO 3 | 9.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Águas do Rio São Francisco chegam ao RN e marcam momento histórico

Páginas 4 e 5. Governo Federal entregou obra do projeto de transposição em fevereiro em evento que contou com a presença de ministros e deputados potiguares



EDUCAÇÃO. 2 E 3

Escola da Assembleia divulga programação do 1º semestre

ECONOMIA. 8 E 9

RN é destaque nacional no setor de energia renovável

GESTÃO. 14 E 15

Relatório traz transparência como valor da Assembleia

Projeto Conexão Cidadã é ampliado após reforma no modelo de ensino

Temáticas de componentes curriculares básicos serão abordadas

A implantação do novo modelo de ensino médio nas escolas brasileiras, promoveu, além de mudanças significativas na modalidade, maior colaboração da Escola da Assembleia com a educação pública. Prova disso é a ampliação do projeto Conexão Cidadã. Diante do novo cenário, o projeto vai oferecer palestras e oficinas com temáticas que complementarão os componentes curriculares básicos.

“A partir do momento que é percebido que o cenário da

educação do Brasil vem tomando um novo caminho, percebe-se que a formação não é só atendida dos componentes curriculares básicos e precisa de uma educação mais integral. Por isso, a Escola da Assembleia entendeu que pode contribuir de forma mais eficaz a partir de suas ações e colaboradores”, explicou o diretor da Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte, professor João Maria de Lima.

De acordo com João Maria, a nova proposta vai trabalhar, ini-

cialmente, com escolas previamente selecionadas, buscando atender regiões mais carentes de Natal e Grande Natal. “Estamos preparados para alcançar, por escola, aproximadamente 200 alunos, mas isso dependerá da escola e adesão dos professores”, disse.

O conteúdo ofertado pelo novo Conexão Cidadã contemplará uma formação mais cidadã como, por exemplo, educação financeira, mídias digitais, trabalho com oratória para inserção no mercado, além dos

conhecimentos básicos. A proposta, explica o diretor da Escola da Assembleia, é ofertar módulos temáticos que tratarão de assuntos pertinentes ao momento atual, voltados a uma formação mais integral, contextualizada.

No dia 11 de fevereiro, o projeto foi apresentado durante a Semana pedagógica da Escola Estadual Tempo Integral Hilton Gurgel, localizada em São José do Mipibu, para os professores e equipe pedagógica.

O Conexão Cidadã é base-

ado na Lei Complementar Nº 494, de 27 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Dia Estadual da Educação Cidadã. A programação do Conexão Cidadã inclui ações voltadas ao exercício dos direitos e deveres dos jovens enquanto cidadãos, respeitando as diferenças e incentivando a tolerância entre os estudantes. As edições ocorrem preferencialmente nas escolas da rede pública, debatendo os mais variados aspectos da sociedade e cultura.



Segundo João Maria, proposta vai trabalhar com escolas de áreas carentes



Objetivo é debater assuntos pertinentes ao momento atual, voltados a uma formação mais integral e contextualizada

Escola da Assembleia divulga programação do primeiro semestre

Dando continuidade ao trabalho de colaboração com a educação, a Escola da Assembleia divulgou a programação acadêmica para o primeiro semestre de 2022. São cursos de pós-graduação, capacitação técnica, pessoal, palestras e oficinas técnicas. Os cursos são gratuitos e alguns são oferecidos na modalidade on-line.

Este ano a Escola se prepara para lançar quatro novos cursos de pós-graduação. De acor-

do com João Maria Lima, os cursos são voltados, principalmente para servidores da Casa, mas com vagas para a comunidade civil.

Ainda no mês de abril a escola deve lançar os cursos de pós-graduação em Gestão Pública, Comunicação 4.0 e Direito, Inovação e Tecnologia, este último em parceria com a Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Todos os cursos são gratuitos.



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

MARÇO

Dia 07 - Aula Inaugural. Nísia Floresta: que mulher é essa? 1h30
Dia 15 - Independência Financeira como Fator de Empoderamento Feminino. 1h30
Dia 17 - Empreendedorismo do zero para mulheres
Dia 25 - Mulher de Propósito. 3h
Dia 25 - Certificação das Turmas de Graduação. 3h

ABRIL

II Encontro dos Representantes das Escolas Legislativas. 8h
Lançamento do Manual de Redação. 5h
Como Construir Minha Marca Pessoal. 16h
Programa de Desenvolvimento de Gestores. 12h
Redação Oficial. 24h
Inglês Básico. 8h
Atendimento de Excelência no Serviço Público. 9h
Edição de Textos Jornalísticos para o Digital. 9h
Atualização sobre Licitações e Contratos. 8h
Oratória/ Como Falar em Público. 8h
Empreendedorismo. 10h
Eleições em Foco. 20h
Aspectos Constitucionais do Processo Legislativo Federal e sua Aplicação em âmbito Estadual e Municipal. 12h
Espanhol Básico. 24h
Comunicação Assertiva. 8h
O poder da ação. 2h

MAIO

Regimento Interno da ALRN. 16h
Cerimonial e Protocolo. 12h
Processo Legislativo. 16h
Elaboração de Projetos. 10h
Educação Financeira. 20h
Compliance. 10h
Canvas- Design virtual. 8h
LGPD. 10h
Liderança pelo Exemplo e Estilos de Liderança. 10h
A Comunicação como Impulsionadora da Carreira Profissional. 3h
Viva com propósito. 2h

JUNHO

Soft skills - Competências Comportamentais. 8h
Noções de Museologia. 24h
Produção de Texto - Foco no Jornalismo. 8h
Curso Auxiliar de Biblioteca. 20h
Métricas Digitais para Jornalistas: Aprendendo a Medir Audiência (a distância). 6h
Gestão de Processos e Indicadores de Desempenho. 10h
A Crise de Comunicação no Ambiente Escolar. 5h
Edição e Produção de Vídeos. 8h
Gestão do Desempenho e Feedback. 8h

CURSOS E EVENTOS:

CONEXÃO PARLAMENTO

II Encontro das Escolas Legislativas do RN. 8h
Redação Oficial. 8h

Atendimento de Excelência no Serviço Público. 8h
Oratória/ Como Falar em Público. 8h
Empreendedorismo. 8h Nova Lei de Licitações. 8h
Eleições em Foco. 8h Educação Financeira. 8h

PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Gestão pública
Comunicação 4.0
Direito e Tecnologia

CURSOS ON-LINE: PARCERIA COM O INTERLEGIS 2022

Assédio Moral e Sexual no Trabalho
Cerimonial no Ambiente Legislativo
Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico
Dialogando sobre a Lei Maria da Penha
Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público
Ética e Administração Pública
Introdução ao Direito do Consumidor
Introdução ao Orçamento Público
Lei de Acesso à Informação
Poder Legislativo
O Poder Legislativo Municipal no Brasil
Ouvidoria na Administração Pública (Parceria ILB/CGU)
Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal
Política Contemporânea
Processo Legislativo Federal
Processo Legislativo Regimental
Transparência Legislativa

Deputados acompanham chegada das águas do Rio São Francisco ao Estado

Parlamentares do RN classificam momento como “histórico”; sonho de garantir água em quantidade vira realidade após mais de uma década de espera

A chegada das águas do Projeto de Transposição do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte, através do leito do Rio Piranhas-Açu, marcou um momento histórico em fevereiro. A conclusão das obras foi celebrada em um evento com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no município de Jardim de Piranhas.

Os deputados estaduais Coronel Azevedo (PSC) e Albert Dickson (PROS) participaram da solenidade no último dia 8. Gustavo Carvalho (PSDB) também acompanhou parte da agenda do presidente no estado. O sonho de garantir água em quantidade e qualidade para o semiárido nordestino vira realidade após mais de uma década de espera.

Desde 2019, o Governo Federal investiu R\$ 3,49 bilhões para que a água do São Francisco pudesse chegar ao Ceará, ao Rio Grande do Norte e, também à Paraíba. “Esta transposição foi prometida para 2012 e parou. Quando assumimos, em 2019, falei com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho: ‘vamos concluir obras’. E esta obra é a principal, porque água é vida. Missão dada é missão cumprida. É a conclusão do Eixo Norte”, afirmou Bolsonaro durante o evento em terras potiguares.

O presidente visitou a Barragem de Oiticica, em Jucurutu, cujas obras começaram em 1952. Porta de entrada das águas do Rio São Francisco no Rio Grande do Norte, a estrutura vai atender cerca de 330 mil pessoas de oito cidade potigua-



Deputados estaduais acompanharam agenda de Jair Bolsonaro no RN para a chegada das águas do São Francisco

res, além de contribuir com o controle das cheias na região e permitir uma ampliação de até 10 mil hectares da área irrigada da Bacia de Piranhas-Açu.

Para o deputado estadual Albert Dickson, os investimentos do Governo Federal estão transformando a realidade do RN. “O Governo além de investir em ações de acesso à água para a população no Estado, também priorizou as obras da Barragem de Oiticica e autorizou o início da construção do Ramal do Apodi. Ações que vão garantir segurança hídrica”, destacou. “É uma nova realidade que se desenha no Rio Grande do Norte. Essas águas vão chegar a todo Estado, levando com ela esperança, de-

“Uma das obras de Estado que talvez tenha sido a mais demorada nesses últimos tempos. Finalmente, um governo olhou a necessidade”

Ezequiel Ferreira
Presidente da ALRN

envolvimento e transformando cenários”, ressaltou o deputado Coronel Azevedo.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), classificou o fato como “um dia histórico” para o povo do semiárido nordestino e lembrou o empenho da Casa legislativa ao longo do tempo em lutar a favor da conclusão da obra.

“A chegada das águas do São Francisco ao RN demorou 16 anos. Uma das obras de Estado que talvez tenha sido a mais demorada nesses últimos tempos. Finalmente, um governo olhou a necessidade de enfrentar um quadro de desigualdade regional que perdura há muito

tempo”, disse o deputado. “Temos certeza de que isso tornará nossa região muito mais produtiva, ajudará a combater a pobreza local e atingirá os objetivos do desenvolvimento sustentável”, frisou Ezequiel.

Para o presidente da Assembleia, o atual governo brasileiro “deu a devida importância ao sofrimento do povo nordestino, estabelecendo prioridade e destinando recursos para sua execução”. Ezequiel destacou ainda o anúncio feito pelo ministro Rogério Marinho de mais R\$ 10 milhões para as obras da Barragem de Oiticica, assim como os avanços das obras do Ramal do Apodi e da adutora do Seridó, que serão determinantes para a chegada das águas a diversos municípios potiguares.

O deputado Hermano Moraes (PSB) fez questão de reconhecer a participação de diversos potiguares no projeto

ao longo dos últimos anos, assim como a dedicação empenhada por governos passados. Já o deputado estadual Kleber Rodrigues (PL) pontuou as novas possibilidades que os empreendedores terão com a chegada das águas do Velho Chico ao RN.

“Ter água em casa, hoje, após anos de obra, sempre foi visto com grande expectativa pelo setor produtivo que vê no empreendimento a oportunidade de desenvolver o semiárido potiguar e uma cadeia de oportunidades. Assistimos a uma nova era do setor agropecuário e um novo processo de desenvolvimento do nosso Rio Grande do Norte”, afirmou Kleber.

O deputado Vivaldo Costa (PSD) reconheceu o esforço do então ministro do Desenvolvimento, Rogério Marinho. “Ele que enfrentou com competência, foi para linha de

frente e conseguiu sensibilizar técnicos e o presidente da República”, falou.

OBRAS. O ministro Rogério Marinho traçou uma linha do tempo das obras desde quando a atual gestão do Governo Federal assumiu, em 1º de janeiro de 2019, até o dia da chegada das águas do São Francisco ao estado potiguar.

“Foi este Governo que deu operacionalidade ao Projeto São Francisco. Quando assumimos, apenas 31,54% das estruturas do Eixo Norte tinham condições de operar e as águas sequer haviam saído do estado originário, Pernambuco. Fomos nós que garantimos os investimentos e as condições para que elas chegassem ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. Muito do que havia sido construído estava praticamente abandonado, sem uso, se deteriorando”, afirmou o ministro.

“Não medimos esforços para resolver problemas, corrigir erros estruturais, recuperar e retomar obras. E, hoje, podemos dizer que 100% dos dois eixos (Norte e Leste) estão operacionais e que as águas do São Francisco finalmente chegaram aonde já deveriam estar há muito tempo”, completou.

Em 2016, apenas 16,15% do Eixo Norte e 15,67% do Eixo Leste estavam operacionais. Em 2019, no início da atual gestão, os percentuais eram de 31,54% no Eixo Norte. Atualmente, ambos os eixos estão com 100% de execução.

Além de concluir e colocar em operação todo o Eixo Norte, o Governo Federal iniciou um novo ciclo, retomando o projeto original da transposição e, com isso, um compromisso feito com a população de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Um desses projetos originais é o

Ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte. As obras já estão em execução.

A estrutura vai levar as águas do Eixo Norte do Projeto São Francisco a 54 municípios potiguares, 32 da Paraíba e nove do Ceará, beneficiando 750 mil pessoas. O investimento federal é de R\$ 938,5 milhões. A obra estava prevista em 2004, mas ao longo dos anos foi abandonada e apenas em 2021 o projeto saiu do papel.

Outros dois projetos originais retomados pelo Governo Federal foram o Ramal do Agreste, maior obra hídrica de Pernambuco, que foi concluído em 2021, com 99% da obra e do repasse de recursos executado pela atual gestão, e o Ramal do Salgado, no Ceará, cujas obras já estão sendo licitadas. Somados, os Ramais do Agreste, Apodi e Salgado contam com 222 quilômetros de canais.



Desde 2019, o Governo Federal investiu R\$ 3,49 bilhões para que a água do São Francisco pudesse chegar ao Ceará, ao RN e à Paraíba

Frente Parlamentar cobra implementação da Lei das Micro e Pequenas Empresas

Lei, que está há quase um ano sancionada, ainda não foi efetivada; deputados mantêm diálogo com o Governo

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Micro e Pequenas Empresas e principal articulador da Lei Geral do segmento, o deputado estadual Kleber Rodrigues (PL) tem mantido reuniões frequentes com representantes do Governo do Rio Grande do Norte e das associações de classe produtiva para debater a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A Lei, que está há quase um ano sancionada, ainda não foi efetivada.

A Lei Complementar Nº 675, de 06 de novembro de 2020, instituiu o Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores individuais, estabelecendo tratamento diferenciado e favorecendo a economia potiguar. “Essa é uma lei moderna que muito contribuirá para alavancar a cadeia produtiva. Passados 15 meses continuamos lutando pela implantação”, destacou o parlamentar.

O deputado informou ainda que tem feito contato frequentemente com o Sebrae, com a CDL, entre outras entidades, e há uma preocupação de que a matéria não se torne obsoleta. Kleber Rodrigues chama atenção que a legislação traz uma abrangência muito grande e de impacto sobre a cadeia produtiva, refletindo diretamente na geração de emprego.

“Quando entrar efetivamente em vigor a Lei Geral permitirá uma maior inserção de pequenas empresas nas aquisições públicas, através de licitações exclusivas para pequenos ne-



Deputado estadual Kleber Rodrigues (PL) é presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas

gócios, cujos valores atinjam até R\$ 200 mil. Assim, os órgãos públicos terão que abrir certames em que o valor licitado até esse teto tenha participação exclusiva de empresas com faturamento anual bruto de até R\$ 4,8 milhões”, afirmou o deputado.

Outro avanço da lei abrange a questão do licenciamento ambiental, onde está previsto que a autorização para funcionamento acontecerá a partir de um termo autodeclaratório para empreendimentos classificados de baixo risco, o que permite o funcionamento da empresa tão logo seja feita a abertura formal.

Há ainda na lei a criação de um Fundo de Capital de Risco

“Estamos perdendo tempo e deixando de ampliar e incentivar nossa cadeia produtiva com esse retardo na implementação da legislação”

Kleber Rodrigues
Deputado estadual

para capitalização das microempresas, empresas de pequeno porte, assim como manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito. Com isso, a expectativa é que os pequenos negócios se tornem fornecedores do Estado e tenham seus pagamentos garantidos.

Outra novidade é a educação empreendedora, que prevê a inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no RN. “Estamos perdendo tempo e deixando de ampliar e incentivar nossa cadeia produtiva com esse retardo na implementação de uma legislação es-

sencial e que muito foi debatida. A Lei Geral é um grande instrumento que será um marco para a economia do nosso Rio Grande do Norte”, disse Kleber Rodrigues.

Analisando o trabalho da Assembleia Legislativa no âmbito dessa matéria, o parlamentar ressaltou: “A Casa legislativa demonstrou, de uma forma ampla, através de diálogos e reuniões, que podia haver uma legislação inovadora, que pudesse trazer benefício a todas as empresas que se enquadrassem na Lei. Tivemos o cuidado de discutir com todos os outros setores. Isto precisa avançar, ter celeridade, porque só assim haverá a abertura de novos empregos no RN”.

O diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, reconhece a relevância da matéria. “Acho que avançamos muito fortemente em vários pontos, como a questão da inovação nos pequenos negócios, educação empreendedora nas escolas, na simplificação e, principalmente, as compras governamentais. A lei estadual é uma legislação mais moderna em relação a tudo que existe no Brasil, inclusive a federal”, disse Melo.

Para o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, a lei dará um “importantíssimo impulso extra para a retomada econômica do segmento [micro e pequenas empresas] que mais gera novos postos de trabalho e que está na base de sustentação econômica e social de dezenas de milhares de famílias potiguares”, disse.

ALRN

Número de pequenos negócios no RN aumentou 17,3% em 2021

A quantidade de novas empresas de micro e pequeno porte apresentou um crescimento de 17,3% no Rio Grande do Norte em 2021 no comparativo com o ano anterior. Ao longo do ano, foram abertas 46.385 empresas e outros 16.434 negócios encerraram as atividades, o que resultou em um saldo de 29.961 novas empresas criadas – 4.437 a mais que no ano de 2020. A abertura de empreendimentos elevou para mais de 220,9 mil

o número de empresas de pequeno porte instaladas no Rio Grande do Norte.

Os dados são da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae no RN. A maioria desses negócios criados foi formalizada na categoria de Microempreendedor Individual (MEI). A facilidade de registro pela internet e a rapidez para transformar um negócio em um empreendimento formal têm atraído cada vez mais um maior número de potigües.

O Sebrae estipulou como meta para 2022 atender cerca de 60 mil pequenos negócios instalados no Rio Grande do Norte em diversos segmentos com soluções nas áreas de gestão, tecnologia e mercado.

Um dos focos da instituição para este ano será a difusão da inovação tecnológica como estratégia de desenvolvimento para as empresas de pequeno porte. A expectativa é levar soluções de inovação a pelo me-

nos 15 mil empresas.

Já os serviços digitais devem englobar um universo de 65 mil empreendedores. Essas metas estão previstas no plano plurianual do Sebrae-RN e foram traçadas a partir dos números consolidados em anos anteriores.

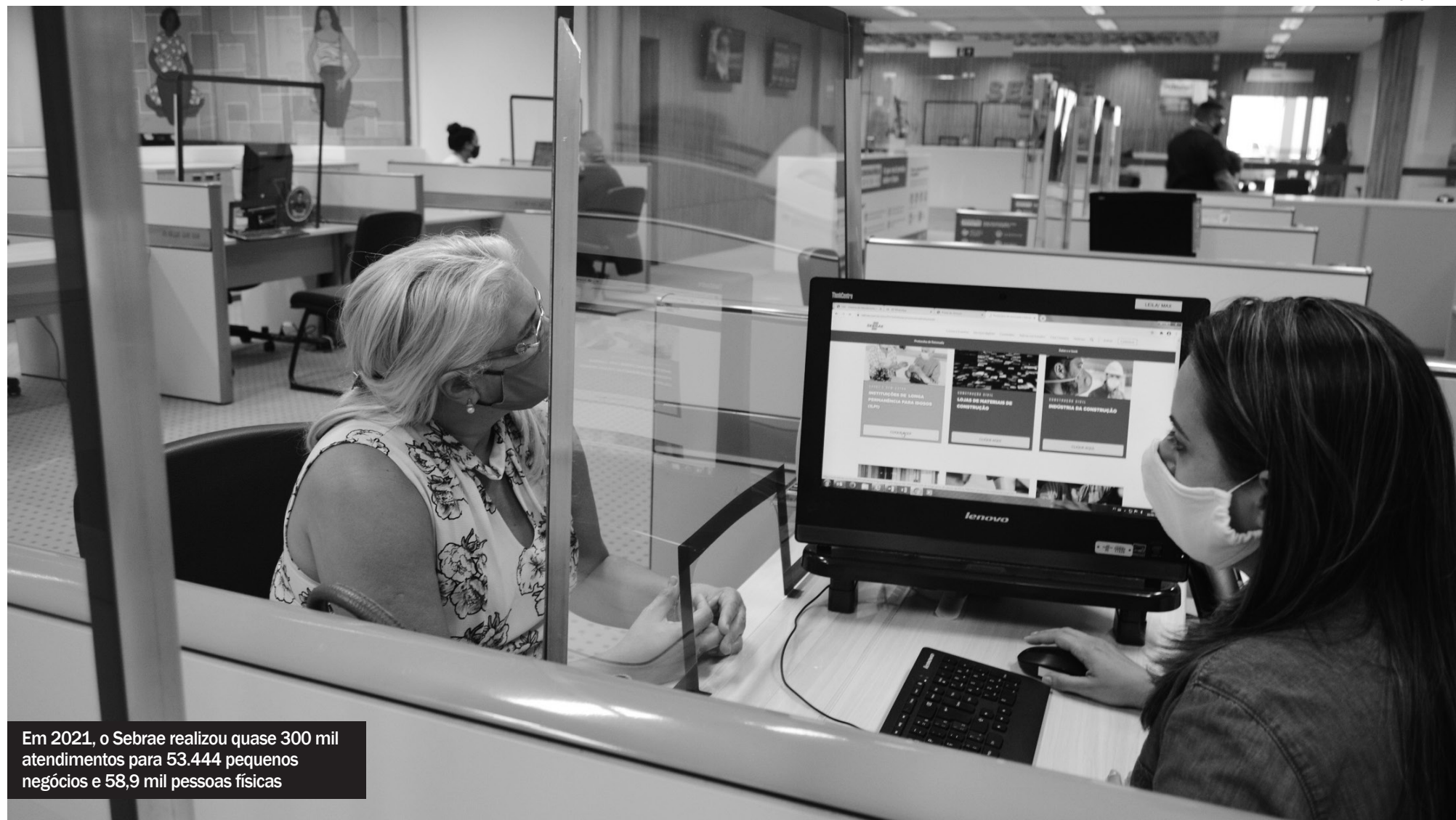
Somente no ano passado, o Sebrae realizou quase 300 mil atendimentos para 53.444 pequenos negócios e 58,9 mil pessoas físicas.

Expectativa

60 mil

é o número de pequenos negócios que o Sebrae estipula atender no RN ao longo do ano de 2022

AGÊNCIA SEBRAE



Em 2021, o Sebrae realizou quase 300 mil atendimentos para 53.444 pequenos negócios e 58,9 mil pessoas físicas

Assembleia chama atenção para energia renovável como fonte de renda para o RN

Deputados questionam possíveis perdas no ICMS com a venda de energia excedente para outros Estados



A
volvim
de do
na As
Rio G
sendo
no Fe
Consti
artigos
menta
fortale
to da
damer
gias re
que o
meira
das pr
to às c
possív
ção do
ção de
(ICMS)
excede
O p
lamen
Renov
gislati
Soares
respos
tos an
encam
Tribut
lamen
portar
queda
lo RN,
sistem

produção de energias renováveis como fonte de renda e de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte. Mesmo a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com competência do Governador (De acordo com a Constituição Federal, em seus artigos 21, 22 e 175), os parlamentares têm se dedicado ao crescimento do crescimento da matriz energética, notadamente no tocante às energias renováveis, segmento em que o Estado ocupa hoje a primeira posição no Brasil. Uma preocupação diz respeito às questões relacionadas às perdas na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a venda de energia elétrica para outros Estados. O presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Energias Renováveis na Assembleia Legislativa, deputado George Soares (PL) segue cobrando respostas aos questionamentos anteriores. Em documento encaminhado à Secretaria de Planejamento do Estado, o parlamentar destaca dados importantes que confirmam as perdas de receita sofridas pelas decorrentes da falha na repartição de receitas

públicas estabelecida pela Constituição Federal.

“Nosso mandato sempre apoiou a produção de energias renováveis como fonte de renda e de desenvolvimento para o Estado. E nós que somos do Nordeste, com muito sol e ventos, somos privilegiados. Somos autossuficientes e temos condições de expandir muito mais. Por isso, criamos a Frente Parlamentar para colaborar nessa área, na Assembleia Legislativa, com apoio de todos os deputados. Apesar de ser uma legislação federal, temos que acompanhar de perto as ações realizadas nesse setor dentro do Rio Grande do Norte”, afirma o deputado George.

Tais números foram registrados em um artigo do professor de direito ambiental Rafael Coelho, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do grupo de pesquisa Direito e Regulação dos Recursos Naturais e da Energia, publicado na edição 103 da Revista de Direito Ambiental (julho a setembro de 2021) da editora Revista dos Tribunais, sob o título: “As Modernas Fontes de Energias Renováveis e o Desenvolvimento Regional do Nordeste Brasileiro: a questão das receitas públicas”.

De fato, dados informa-



Deputado estadual George Soares

dos pela Secretaria de Tributação mostram os valores anuais da remessa de energia elétrica produzida por usinas geradoras de energia eólica e solar para outros Estados: em 2013 (R\$ 985.674,42); 2014 (R\$ 21.297.930,79); e 2015 (R\$ 70.958.024,81). Já em relação ao ICMS que seria arrecadado pelo Rio Grande do Norte caso

as operações não fossem imunes, seriam de: R\$118.280,92 (2013); R\$ 2.555.751,69 (2014); e R\$ 8.514.962,98 (2015).

BACIA DOS VENTOS. De acordo com o Boletim Trimestral da Fonte Eólica, somente no primeiro trimestre de 2021 seis novos parques eólicos entraram em operação, representando um crescimento de 6% na potência instalada do Estado. Também houve incremento de 9% no número de empreendimentos em construção.

Há uma explicação dos especialistas no assunto para o potencial de produção no solo potiguar, que é a localização geográfica do Rio Grande do Norte, que se encontra na “esquina do continente”, no caminho do fenômeno denominado de Bacia dos Ventos. São ventos estabilizados e não rajadas, que sopram na costa do Estado.

Atualmente, o RN conta com 67 parques eólicos, responsáveis pela produção comercial de 1,79 gigawatts de energia. No Brasil apenas 3,5% da energia produzida vem da força dos ventos, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica. De acordo com o Centro de Estratégia em Recursos Naturais e Energia

(CERNE), o Rio Grande do Norte conta com 156 usinas em operação, 16 em construção e outros 51 projetos contratados.

Os parques empregaram 35 mil pessoas desde a sua instalação e movimentam uma cadeia produtiva vinculada à produção principal em diferentes municípios potiguares. São 193 empreendimentos em operação que geram 5,5 GW, com mais de 20 empresas instaladas no Estado. O maior número de parques eólicos em funcionamento está no município de Serra do Mel, na região Oeste, representando 12,24%. Em segundo lugar está João Câmara, com 9,86%, e é lá que está a maior concentração de aerogeradores por metro quadrado.

As novas tecnologias de produção de energia estão promovendo uma mudança na paisagem e na economia do Estado. No entanto, a questão da tributação ainda tem muito a ser discutida. “Na minha opinião, deveríamos lutar para as arrecadações serem para o estado-produtor e não para o estado-consumidor. Vamos unir forças junto à nossa bancada federal por essa alteração que há de favorecer muito os municípios potiguares”, assevera o deputado George Soares.



Novo site contempla história e acervo ao longo de quase 200 anos do Parlamento

A história do Rio Grande do Norte a um clique. É o que propõe o novo site do Memorial do Legislativo Potiguar, que está sendo construído com o apoio da Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa, com previsão de lançamento para o mês de março. Ele ficará hospedado no próprio portal da Casa (www.al.rn.leg.br), onde já há um espaço para registro das atividades.

A iniciativa permitirá uma visita virtual às suas instalações, num verdadeiro tour por momentos emblemáticos dos quase 200 anos de história do Parlamento Norte-riograndense. Nele constará a relação completa de todos os parlamentares que passaram pela Assembleia Legislativa desde a sua instalação, ainda durante o período regencial, em 1835, até a atualidade. A consulta pode ser feita por nomes ou pelas Legislaturas. Na linha do tempo elas estão dispostas em ordem cronológica da atual para a mais antiga.

A ideia é que com o tempo, a pesquisa bibliográfica vá transformando a lista de centenas de parlamentares numa pequena wikipedia do Legislativo, à medida que novos conteúdos vão sendo adicionados, como, por exemplo, o breve histórico dos ex-presidentes, cuja pesquisa está em andamento.

Os internautas vão poder ampliar seus conhecimentos e aprofundar sua pesquisa sobre especificidades como o pioneirismo da mulher potiguar, com Alzira Soriano, por exemplo, primeira prefeita eleita no Brasil, conduzindo aos 32 anos os

destinos do município de Lajes; a escritora Celina Guimarães; a primeira deputada do RN, Maria do Céu Fernandes, entre outros feitos, estarão a apenas um clique do internauta.

Os visitantes do memorial virtual também poderão contemplar os prédios que serviram de sede para a Assembleia Legislativa e que estão eternizados na obra da artista plástica Anna Oliveira, além de curiosidades como o surgimento dos legislativos brasileiros ou como se deu a importante participação do clero no Parlamento Potiguar.

Os objetos, mobília, documentos, vestes ou pertences

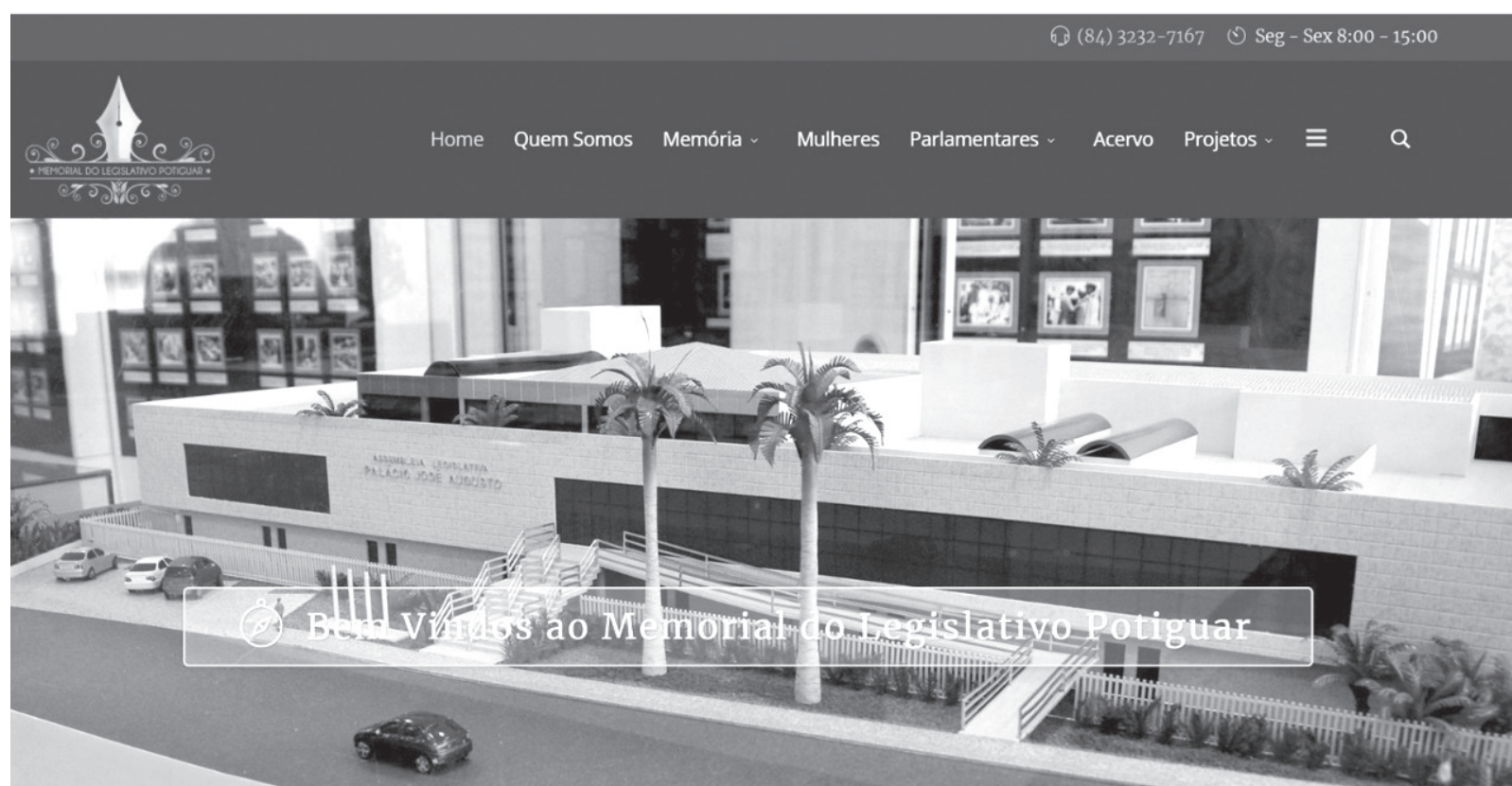
que compõem o valioso acervo do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar preservam parte da história do Parlamento e do povo.

O silêncio imponente que impera em suas instalações é só aparente, pois contrasta com a intensidade das diferentes iniciativas nas quais o Memorial está inserido, ampliando o conhecimento da história e se modernizando através de canais como o novo site que está em construção, além de um programa em elaboração com a TV Assembleia. A pesquisa também não para. E tem muito mais sendo realizado.

PUBLICAÇÕES. De acordo com o chefe de Divisão do Memorial, jornalista Aluísio Lacerda, há ainda mais novidades em curso: outra parceria do Memorial com a Gestão Tecnológica da Casa é a elaboração de uma revista em quadrinhos contando a história da Assembleia Legislativa do RN, também prevista para março. E, também, a edição de obras raras. “Com a reedição do livro ‘Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte’, de Câmara Cascudo, o Memorial abraçou a ideia da diretoria-geral da Casa, proposta por Augusto Viveiros, que vai reeditar obras raras.

A seleção já foi feita. O processo aguarda a finalização da licitação da gráfica que irá fazer a impressão”, anuncia Lacerda. Para a criação do site, a parceria conta com o trabalho do técnico Gustavo Torquato, da Gestão Tecnológica, e por parte do Memorial com a participação do próprio chefe de divisão e de dois servidores, os historiadores Plínio Sanderson e Fábio Cortez, que também é fotógrafo.

A reedição (fac-símile) de obras raras esbarra em alguns desafios, principalmente aquelas que não estejam em domínio público (70 anos a partir de 1º de janeiro subsequente



Site ficará hospedado no próprio portal da Casa (www.al.rn.leg.br), onde já há um espaço para registro das atividades do Memorial do Legislativo Potiguar

à morte do autor). Aluísio cita um exemplo: ao Memorial foi sugerida a reedição da obra 'O Pioneiro Esquecido', de Augusto Fernandes, biografia de Augusto Severo, última edição publicada pela Fundação José Augusto, em 1982. Mas, como não há informações sobre familiares do autor, natural de Belém do Pará, militar que serviu na Base Aérea de Parnamirim durante a 2ª Guerra Mundial, e na reserva concluiu o curso de Direito no Rio de Janeiro, o Memorial pediu orientação à Procuradoria-Geral da Casa.

Aluísio Lacerda adianta que, entre outras publicações, consta um trabalho inédito do Memorial, já concluído e revisado, pronto para impressão. Trata-se da "História Legislativa dos Municípios do Rio Grande do Norte". Como nasceram os municípios potiguares? Mediante decreto, resolução imperial ou da província? Ou via projeto de lei apresentado por parlamentares, com tramitação regular, em todas as comissões, até a sanção governamental?

"Esse trabalho de pesquisa demandou muito tempo e ocupou vários servidores do próprio Memorial, com colaboração do ex-deputado Paulo de Tarso Fernandes, contando inicialmente com a assessoria da jornalista Altaídes Marques, que cuidou de cerca de 90 municípios cujos processos tramitaram regularmente na Casa legislativa", explica ele. Mas com a pandemia, o jornalista concentrou em casa o trabalho de revisão e texto final de mais de 70 municípios. No momento, a equipe do Memorial atualiza a catalogação do seu acervo e, em parceria com a Escola da Assembleia, pretende elaborar um projeto museológico a partir do que dispõe o Estatuto dos Museus (lei federal nº 11.904).

Outra boa nova será a retomada de projetos abertos ao público: "A retomada das ações do Memorial Itinerante nas escolas e comunidades somente acontecerá agora em 2022, em função das apertadas agendas escolares em 2021 e da própria pandemia. Mas o Memorial es-

tá aberto a qualquer convite dos dirigentes de escolas públicas e/ou privadas", afirma.

A grande interação entre o Memorial e a TV Assembleia continua rendendo bons frutos. É que o extenso trabalho de pesquisa que o diretor e sua equipe vêm fazendo, vai render novos programas na grade da TV legislativa. O jornalista Gerson de Castro, gerente de Rádio e TV do canal é quem explica: "A grande interação entre TV e Memorial já produziu grandes programas e tomamos conhecimento do extenso trabalho de pesquisa que ele anda fazendo, levantando datas e fatos ligados a personagens que fazem parte do Legislativo Estadual e a ideia é criar um 'programete' com flashes, numa concepção gráfica interessante, destacando essas datas, fatos e personagens da história do legislativo", resume.

Como não há muitas imagens disponíveis, a criatividade falará mais alto, concebendo um formato leve, com riqueza de detalhes sobre a vida, fatos e personagens da vida pública, que possa atrair a atenção do telespectador e oferecer uma contribuição à cultura: "Não só política, mas ao patrimônio que representa o Legislativo Estadual", avalia Gerson.

Resgate

200 anos

de história do Parlamento do RN estarão no novo portal, junto com a relação completa de todos que passaram pela Assembleia



Assembleia Legislativa do RN realiza concurso público em 2022

Certame está cada vez mais próximo e a banca organizadora deve ser escolhida em março, segundo o procurador-geral da Assembleia



Último concurso público para ingresso na Assembleia aconteceu em 2013

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está prestes a organizar um dos concursos públicos mais esperados pelos que pretendem ingressar na carreira pública no estado. No ano de 2021, a Casa Legislativa autorizou a realização do certame, que deve acontecer neste ano de 2022, com a oferta de 47 vagas, sendo 24 para os cargos efetivos de Analista Legislativo – Nível Superior e 23 vagas para cargos de Técnico Legislativo.

Antes da realização das provas que definem os ingressantes na carreira da ALRN, é necessário que haja uma organização administrativa interna, para que a seleção possa acontecer. Por isso que, em julho de 2021, uma Comissão Especial do Concurso Público foi formada e ficou responsável por elaborar o Termo de Referência para a contratação da empresa organizadora, assim como pelo acompanhamento e fiscalização da execução do certame.

Conforme o procurador-geral da Assembleia e presidente da Comissão Especial do Concurso, Sérgio Freire, o Termo de Referência foi apresentado à Assembleia Legislativa e o procedimento para habilitação das empresas interessadas foi aberto.



Termo de Referência já foi apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e o processo para habilitação das empresas interessadas foi aberto

lizar o concurso apresentassem as propostas delas.

Já no começo deste ano de 2022, havia um impasse com relação à Comissão Especial de Licitação, que teve que ser reconstituída porque quatro dos cinco membros titulares anteriormente nomeados alegaram suspeição, uma vez que eles teriam interesse direto no concurso. Por causa disso, eles não poderiam participar como

membros da comissão.

A Comissão de Licitação é responsável pela análise da documentação de habilitação e propostas de preços das instituições interessadas em participar da seleção para a contratação de pessoa jurídica especializada em consultoria, planejamento, organização e execução de concurso público de provas. Ou seja, a Comissão Especial de Licitação fica constituída com

fim específico para escolha da Banca do Concurso Público da Assembleia Legislativa.

No último dia 17 de fevereiro, a nova Comissão Especial de Licitação foi instituída, sendo designados os servidores Thiago Antunes Bezerra; Maria Helena de Oliveira Matos; Klebet Cavalcanti Carvalho; Maria Goretti Dantas Barros; e Pacifico José Dantas Fernandes.

Conforme aponta Sérgio

Freire, “o concurso está cada vez mais próximo e já é uma realidade. A banca organizadora deve ser escolhida em março de 2022”. A empresa responsável, portanto, deverá organizar conteúdo programático, cronograma de inscrições, realização das provas, correção, recursos, resultados. O último concurso público para ingresso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aconteceu em 2013.





Comissão Especial é formada por servidores da Assembleia Legislativa; grupo está finalizando a elaboração dos relatórios de gestão da Casa

Relatório ratifica a transparência como valor da Assembleia do RN

Processo de elaboração ainda está em andamento; membros da comissão especial estão finalizando orientações presenciais com os responsáveis pela elaboração dos relatórios de gestão das unidades da Assembleia Legislativa

Com o objetivo de apresentar as principais atividades – programas, projetos e ações – realizadas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, principalmente, a efetividade delas para a Casa Legislativa e para a sociedade, está sendo elaborada a terceira versão do Relatório de Gestão 2021. O processo de elaboração ainda está em andamento. No momento, membros da comissão especial, formada por servidores, estão finalizando as orientações presenciais

com os responsáveis pela elaboração dos relatórios de gestão das unidades da ALRN. Assim que essa atividade for concluída, será iniciada a análise conjunta de todos os relatórios e a consolidação deles em um único texto diagramado.

“Contudo, é possível destacar que a Comissão Especial decidiu pela manutenção da estrutura padrão de apresentação do conteúdo, objetivando facilitar a leitura pelas pessoas que já têm familiaridade com o relatório de gestão da Casa Le-

gislativa, e pela melhoria de alguns pontos relacionados ao conteúdo e à apresentação do relatório de gestão, buscando uma exposição mais objetiva e didática das atividades realizadas pela ALRN”, explicou Leonardo dos Santos Araújo – coordenador da Comissão Especial.

Segundo ele, o levantamento de dados ainda está sendo realizado, porém, um ponto a ser ressaltado no relatório 2021 diz respeito ao amadurecimento na apresentação das informações. O que considera

resultado do processo evolutivo pelo qual passa a Casa nas áreas de Governança e Gestão, e do comprometimento dos seus servidores. “Evidencia-se a busca pela transparência nas atividades desenvolvidas por esta Casa Legislativa.”. O reconhecimento do trabalho desenvolvido na área de Gestão pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) foi um dos destaques em 2021. “Contudo, a continuidade das ações de diversas unidades no enfrentamento à pan-

2021

Gestão

é marcada por transparência, dedicação e experiência dos servidores da Assembleia

demia também terá o devido destaque, assim como no Relatório de Gestão 2020”.

Outro ponto considerado preponderante foi o comprometimento de todos da Comissão na elaboração do relatório. As experiências de cada servidor estão contribuindo para que, ao final, o documento espelhe, de modo fidedigno as atividades realizadas pela Casa. “Atingido esse objetivo, como consequência, o Relatório de Gestão 2021 ratificará a transparência como valor da Instituição e possibilitará aos servidores verem a sua participação na história da AL”.

MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Leonardo dos Santos Araújo - representante da Diretoria Administrativa e Financeira;

Delkislaine Alves Cavalcante - representante da Diretoria Administrativa e Financeira;

Suzana Augusta Figueiredo Lucena Moreira - representante da Diretoria Legislativa;

Iana Gusmão Ferraz de Araújo - representante da Diretoria-Geral;

Gustavo Pinheiro Torquato - representante da Diretoria de Gestão Tecnológica;

Lucianna Medeiros e Silva Lourenço - representante da Diretoria de Políticas Complementares;

Kássia Kamila de Moura - representante da Escola da Assembleia;

Matheus Fernandes de Paiva Pereira - representante da Diretoria de Comunicação Institucional.

REPRODUÇÃO



SISTEMA E-LEGIS.

É A ALRN CONQUISTANDO DESTAQUE INTERNACIONAL.



A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte participou do LEGISTECH 2022. O evento reuniu experiências de todo o mundo sobre a modernização institucional e a transformação digital na temática legislativa. Essa foi uma oportunidade de apresentar para todo o mundo o Sistema E-Legis, desenvolvido pelos técnicos da Assembleia Legislativa do RN, que gerencia todo o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico. A participação elevou de patamar o nosso sistema, que passou a ser conhecido internacionalmente, tornando-se referência para outros países na eficácia aos processos legislativos.

Parabéns #TIMEALRN, somos destaque internacional!

